



Vitória-ES, 20 de fevereiro de 2017.

RESPOSTA AO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

O SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO – ADMINISTRAÇÃO REGIONAL NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO – SESC – AR/ES, pessoa jurídica de direito privado, com endereço sito na Praça Misael Pena, nº 54, Centro, Vitória/ES, CEP 29.018-300, vem respeitosamente, perante Vossa Senhoria, **RESPONDER AO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO** apresentado pela empresa **CLARO S/A**, já devidamente qualificada, o fazendo pelos fatos e fundamentos a seguir expostos.

I- INTRODUÇÃO

Trata-se de pedido de esclarecimento no âmbito do **Pregão Eletrônico SESC nº. 17/014-PG**, cujo objeto consiste na contratação de empresa operadora de telefonia para Prestação de Serviço Móvel Pessoal (SMP), solicitado pela empresa **CLARO S/A**.

Segue análise deste requerimento.

II- DOS ITENS SOBRE OS QUAIS FORAM SOLICITADOS ESCLARECIMENTOS

II.1- QUESTIONAMENTO Nº. 1 – DA FORMA DE PAGAMENTO

A empresa indica que está equivocado o item 3.3.2 do Edital nº. 17/014-PG, que afirma que o licitante deverá considerar que o pagamento será creditado em conta bancária indicada pelo fornecedor, em até 10 (dez) dias úteis após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura e aceite definitivo da mesma.

Menciona ainda que os órgãos integrantes do SIAF realizam o pagamento através de boleto/fatura.

Ocorre que o SIAF é o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal que consiste no principal instrumento utilizado para registro, acompanhamento e controle da execução orçamentária, financeira e patrimonial do Governo Federal.

Dessa forma, concluímos que suas previsões não atingem ao SESC - SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO, e sim aos órgãos mencionados.

II.2- QUESTIONAMENTO Nº. 2 – DO PRAZO DE PAGAMENTO

Não vislumbra-se qualquer prejuízo aos participantes da licitação com os prazos mencionados nos itens 3.3.2 e 3.3.14, sendo que os mesmos prazos são igualmente praticados por vários outros órgãos, inclusive o Tribunal de Contas da União em seus últimos editais.

Sendo assim, não haverá alteração dos mesmos.

II.3- QUESTIONAMENTO Nº. 3 – DO PRAZO PARA ATENDIMENTO DE QUESTÕES SISTÊMICAS

O item 7.4 da Minuta do Contrato (Das Obrigações da Contratada - Anexo III) prevê o pronto atendimento das solicitações da CONTRATANTE, corrigindo, no prazo máximo de 06 (seis) horas contadas da notificação, **qualquer ocorrência de interrupção na prestação dos serviços contratados.**

O SESC entende que caso haja a interrupção na prestação dos serviços contratados sem justo motivo, o mesmo deve ser restabelecido no prazo indicado.

A Resolução nº. 575 da ANATEL prevê o prazo de 05 (cinco) dias para que a prestadora responda solicitações de serviços ou pedidos de informações, o que é diferente do tema tratado no item 7.4 do Anexo III.

II.4- QUESTIONAMENTO Nº. 4 – DA AUSÊNCIA DE PREÇO DE REFERÊNCIA NO EDITAL

A empresa menciona a ausência de preço de referência, o que desrespeitaria a previsão do art. 40, X, art. 8666/93.

Ocorre que o Tribunal de Contas da União concluiu que as entidades do Sistema “S” devem possuir regulamentos próprios. Desse modo, podem exercer as suas ações com maior liberdade em comparação com as exigências a que estão sujeitas a Administração Pública.

O Tribunal de Contas da União, assim se manifestou, no Acórdão nº 1192/2010 (Plenário – Relator Ministro José Múcio Monteiro):

“5. Ocorre que os serviços sociais autônomos possuem natureza jurídica de direito privado, não integrando a Administração Pública Direta ou Indireta. São entes de cooperação com o Poder Público que, embora tenham autorização legal para a arrecadação e utilização de contribuições parafiscais, não têm subordinação hierárquica a qualquer autoridade pública, estando apenas submetidos ao controle finalístico e à prestação de contas dos recursos públicos destinados à sua manutenção.

(...)

12. Por meio do Acórdão nº 62/2007-TCU-Plenário, este Tribunal fez inserir ementa reafirmando que “as entidades do Sistema S têm liberdade procedimental para aprovar os regulamentos internos de licitação de suas unidades.”

Assim sendo, o Edital discutido deve seguir o que dispõe a Resolução SESC nº 1.252/2012, denominada REGULAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS DO SESC, e não a Lei nº. 8666/93 como sugerido.



Serviço Social do Comércio
Administração Regional no Estado do Espírito Santo

III- CONCLUSÕES FINAIS

Consideramos que o Edital de Licitação Pregão Eletrônico SESC nº. 17/014-PG cumpriu as normas impostas pela Resolução nº. 1252/2012, em total conformidade aos princípios reguladores da mesma.

Agradecemos os questionamentos realizados pela CLARO S/A, esperando que todos tenham sido devidamente elucidados.

Comissão de Licitação
Gerência de Compras, Contratos e Patrimônio.
SESC – AR/ES